

Resenha

ANDRADE, Luis Martínez. *Religión sin redención: contradicciones sociales y sueños despiertos en América Latina*. México: Medianoche, 2011, 192 p., ISBN 978-607-9165-04-8.

Lúcio Álvaro Marques*

A obra que Luis Martínez Andrade apresenta à comunidade acadêmica merece atenção. Nota-se pela bibliografia apresentada uma longa e madura pesquisa. Constam cento e setenta livros nas referências. Algumas, referidas conjuntamente, como os três tomos de *El principio Esperanza* de Ernst Bloch. Obra largamente citada e discutida. Ou, ainda, a *Ética de liberación en la edad de la globalización y de la exclusión* de Enrique Dussel. Além das outras onze referências bibliográficas ao mesmo autor. Há também outros autores a quem faz larga menção como Jean Baudrillard, Leonardo Boff, Michael Löwy, Walter Mignolo, Boaventura de Souza Santos e Slavoj Žižek. Reconhece-se, com isso, a amplitude da pesquisa que subsidiou a redação. Recordem-se as palavras iniciais do *Prólogo* escritas por Renan Vega Cantor: “o livro que os leitores têm em suas mãos foi escrito por Luiz Martínez Andrade, um jovem pensador cuja inspiração intelectual se nutre do mais refinado pensamento crítico universal e do que se gerou em nossa América”.

A epígrafe de Walter Benjamin apresenta o núcleo da discussão: “Marx expõe a trama causal entre economia e cultura. Aqui se trata da trama expressiva. Não se trata de expor a gênese econômica da cultura, mas a expressão da economia em sua cultura”. O autor fez jus à epígrafe proposta. Mostrou como a força da relação econômica solapa a estrutura social latino-americana desde a invasão europeia no século XVI até os nossos dias. Mais que uma denúncia apaixonada da perspectiva latino-americana, é possível perceber como a América Latina foi entrelaçada na estrutura da economia mundial.

A obra divide-se em duas partes: *Enteléquias e catedrais* e *Utopia e libertação*. Na primeira parte encontram-se dois capítulos que apresentam uma

* Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte, onde desempenha função docente no Departamento de Filosofia. Email: marques.filos@yahoo.com.br

leitura da história latino-americana. O primeiro sobre os *Paradigmas civilizatórios e atavismos coloniais* condensa uma larga leitura das relações de poder e cultura nos primórdios da colonização. Mostra-se como a cultura serviu de meio para a instauração do poder europeu e como o poder fundou e colonizou o próprio modo de pensar das ciências sociais. O eurocentrismo fundou na América não só uma colônia econômica, mas também social, cultural e intelectual. Uma colonização que se renovou no *American way of life* e no neoliberalismo. Por isso, o autor conclui o capítulo apontando a necessidade de descolonização e “desfetichização” do poder e das relações sociais. Pois, as independências formais acontecidas na América Latina ainda não se estendem a todos os grupos sociais. Por isso,

a construção do Estado-nacional no espaço latino-americano não representou para os grupos indígenas e afro-caribenhos uma verdadeira independência. Desgraçadamente, a criação dos Estados articulou à transfiguração do *sistema-mundo* moderno tendo como eixo: França, Alemanha e Inglaterra. O século XIX e os processos de independência seguiram em dívida com os grupos mais vulneráveis do continente americano. Ao longo dos séculos XIX e XX as elites crioulas administraram Estados dependentes e, portanto, perpetuaram as bases de um determinado “colonialismo interno”. A colonização interna, já internalizada pelo conjunto da sociedade, relegou profundamente a cultura popular (p. 73).

O segundo capítulo mostra como a dominação econômica deu lugar ao domínio racial. O capítulo *O centro comercial como figura paradigmática do discurso neocolonial, racismo e poder na América Latina* revela os tentáculos da economia que colonizaram a cultura. O consumo, a marca, a mercadoria e a exclusão constituem os aparatos culturais reveladores da força econômica que age sobre a cultura latino-americana. O domínio econômico, ultrapassando os limites da relação comercial, fundou uma identidade corporal e social colonizadas no continente. A colonização abolida, aparentemente, nas independências nacionais cedeu lugar a novas estruturas de dependência visíveis, sobretudo, na simbólica social, na sociedade de consumos e no suposto ideal democrático, como se lê na p. 107: “o centro comercial é um objeto discursivo central na narrativa hegemônica colonial. Por uma parte participa na configuração simbólica do imaginário social e, por outra, consolida a influência do capitalismo transnacional na cotidianidade dos sujeitos. A sociedade de consumo se nos apresenta como um ideal básico para um mundo desenvolvido, democrático e, sobretudo, civilizado”.

Atentarmos-nos para as condições factuais do continente constitui a possibilidade para a superação da dominação que, continuamente, pesa sobre o continente. Somente uma *práxis* libertadora pode superar a “dependência cultural e seus atavismos coloniais”. Isso não significa somente uma dependência econômica presente na sociedade. O autor aponta os lastros gnosiológicos, éticos, políticos, econômicos e estéticos permeados pela dependência. A *práxis* libertadora, portanto, não se refere ao estrito campo econômico, mas precisa promover o encontro de “um verdadeiro estatuto ontológico” latino-americano. Na denúncia feita por Martínez ecoa a crítica à ontologia negada ao continente, também elaborada por Roque Zimmermann em seu *A América Latina: o não-ser* (Petrópolis, Vozes, 1987).

A segunda parte aponta para um duplo viés, atualmente mascarado pela ideologia dos países emergentes, forjada pela mídia conservadora, que permanece meio esquecido em alguns intelectuais latino-americanos. O autor retoma a *Utopia e libertação*, tão necessários ao continente. O terceiro capítulo (primeiro da segunda parte), *A portentosa eclosão do Princípio Esperança, Ernst Bloch e a libertação*, aponta para a necessidade de reconstrução da utopia e da esperança da libertação.

Martínez coloca em discussão a centralidade da bio-civilização, da fome e de Deus, pensado na perspectiva das ciências sociais, da filosofia e da teologia. O dado material da bio-civilização e da fome, de incontestável cogência para o todos os tempos, exigem uma resposta não só academicamente coerente, mas uma postura ideológica capaz de inspirar e promover a busca de uma libertação integral do humano, da sociedade e da ecologia.

A portentosa eclosão do Princípio Esperança desenvolvido com clara linguagem teológica revisitada pela crítica marxista de Ernst Bloch, retoma a questão fundamental do cristianismo. Entre a esperança, o *regnum hominis*, a união mística e a palavra, Martínez retorna à questão: *Cur Deus homo?* A releitura da questão anselmiana ultrapassa as análises feitas por Marx e Feuerbach. Se, por um lado, a religião foi e ainda pode ser “produtora de imagens desiderativas que consolidam a alienação”, permanecendo, portanto, digna das críticas de Marx e Feuerbach, por outro, ela conserva uma “*latência salvadora* que mobiliza os sujeitos contra a miséria do mundo”. O autor assume essa perspectiva desenvolvida por Bloch para apontar como elementos religiosos

conservam um poder necessário para a sonhada libertação. Ele afirma na p. 128: “à diferença de muitos pensadores que reduzem o religioso simplesmente ao processo de alienação humano, constringindo seu significado sob o termo ‘ópio’, Ernst Bloch deixa de lado este atavismo e demonstra a presença de um *totum* utópico-revolucionário urdido nas linhas de crenças das culturas”.

Para além da resposta teológica à questão *Cur Deus homo?*, Martínez não promove uma negação do sentido teológico. Mas o interpreta no horizonte da libertação histórica e social. O sentido da encarnação histórica não se revela na expiação escatológica dos pecados, mas no compromisso com a libertação histórica do humano.

O *quid* da questão elaborada por Hegel como por Feuerbach sob a interrogação: *Cur Deus homo?* de Santo Anselmo é interpretada por Bloch (III, p. 408) como o processo de humanização da religião, onde o conceito de homem é projetado de maneira utópica (*homo absconditus*), vale dizer, como ser humano inacabado. Cumpre mencionar que Bloch toma distância da natureza mecânico-materialista de Feuerbach – e de sua noção burguesa de homem – por considerá-las demasiado estreita, mas reconhece que: “desencanta o céu para fazer importante o homem” (p. 130).

Trata-se do humano na concretude histórica que necessita da redenção de suas condições gnosiológicas, éticas, políticas, econômicas, estéticas e ontológicas. Pois somente com o resgate integral das condições fundamentais do ser humano, sua dignidade ontológica e social será respeitada.

No quarto capítulo, *A pólvora do poder, reflexões intempestivas sobre a filosofia política contemporânea*, Martínez discute perspectivas político-teológicas como as de Boff e Dussel, por um lado, e Zizek, Benjamin e Löwy, por outro. Sem esquecer o lado nefasto de um cristianismo que se alia, em determinadas configurações, ao poder, conforme a crítica de Zizek (p. 172): “o ‘cristianismo realmente existente’ (Zizek 2006: 75) tem neutralizado seu núcleo subversivo e contestatório e tem sido comparsa dos projetos de dominação das classes dominantes”. O autor também aponta o veio crítico, messiânico e revolucionário que subjaz em determinadas configurações históricas do cristianismo. Conclui a obra com uma provocação insistente ao cristianismo para que desempenhe sua tarefa crítica na sociedade atual. Recorda o sentido da resposta à questão *Cur Deus homo?* tão necessária atualmente (p. 175):

Retomando a excelente exegese *Sobre o conceito de história de Walter Benjamin* que realizou Michael Löwy (2007: 33), estamos convencidos que a teologia deve estar a serviço dos oprimidos, pois este poder pode restabelecer a carga explosiva, messiânica e revolucionária do materialismo histórico, isto é, manter a pólvora a salvo das torrenciais chuvas do revisionismo mecanicista. Portanto, com ajuda do poder – e sua pólvora – poderemos alcançar a emancipação humana, implantar o verdadeiro estado de exceção que será, finalmente, não um exceto divino, mas uma cooperação entre Deus e os seres humanos.

Uma obra com tão promissora bibliografia, exige leituras diversas e discussões sobre seus alcances. Nesse sentido, a obra agora apresentada merece a leitura de todos os que se interessam pela situação, pelos problemas e pelo futuro da América Latina. Na área das ciências sociais, o autor discute teorias atuais e que, de certa forma, estão em franco desenvolvimento, como o pensamento de Žižek, Boff, Löwy e outros. Teorias que vão além dos limites das ciências sociais, mas que, naturalmente, trazem-lhes novos impulsos teóricos e apontam para a necessária interdisciplinaridade para entendermos um tempo tão complexo quanto o atual. A leitura proposta das ciências sociais comporta uma semelhança com elementos do pensamento de Florestan Fernandes no que tange à crítica e ao convite para uma descolonização do pensamento sociológico na América Latina.

No prisma filosófico, a obra tem o mérito de aproximar o discurso acadêmico da realidade social. As provocações apresentadas são o chão no qual a urdidura do pensamento se compromete com a realidade. O pensamento filosófico é, continuamente, desafio ao diálogo com a realidade latino-americana. Martínez retoma a leitura marxista, sobretudo, através de Bloch, mas sem ficar preso aos atavismos dos chavões filosóficos e/ou dos preconceitos diante da relação entre filosofia e teologia.

Por sua vez, diversas provocações são apresentadas ao fazer teológico. O autor retoma elementos fundamentais da teologia da libertação em um tempo que, de certa forma, manifesta um decidido conservadorismo e neo-fundamentalismo eclesial não só na América Latina. Nesse sentido, pensar a dimensão social do Reino de Deus, enquanto “cooperação entre Deus e os seres humanos” aponta para outro cenário religioso que não o conservadorismo pentecostal midiático. Essa cooperação manifesta elementos de um pensamento muito distinto da teologia da retribuição e dos milagres tão alardeada em nosso

tempo. A cooperação divina e humana indica o compromisso dinâmico do Reino que se encarna na contingência histórica e que aponta para a “vida nua” em seu apelo fundamental por justiça.

Finalmente, os leitores acostumados ao discurso de Franz Hinkelammert, Jung Mo Sung, Enrique Dussel, Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, João Batista Libanio e outros, verão que as novas gerações de pesquisadores compreendem e se comprometem com semelhante radicalidade, isto é, também estão dispostos a pensar a realidade da vida e da história em que se encontram. E, para além de qualquer juízo de valor sobre a obra, o que qualquer leitor inteligente fará, Martínez tem o mérito de recordar, como Giorgio Agamben diz em *O tempo que resta*, a necessidade de pensar e reconstruir os liames da racionalidade em torno da política, da economia e da cultura, pensadas sob o signo do “tempo messiânico” (*O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008).